

ASSEMBLEIAS

VI ASSEMBLÉIA DO CIMI-SUL.

ÍNDIOS, OPERÁRIOS E LAVRADORES UNIDOS JAMAIS SERÃO VENCIDOS

A solidariedade entre povos indígenas, camponeses, operários e o trabalho em conjunto do CIMI com as Pastorais Operária e da Terra, a questão do território indígena e as novas táticas da FUNAI foram alguns dos principais temas discutidos na VI Assembleia Regional do CIMI-Sul realizada nos quatro primeiros dias de maio no Paraná, com a participação de dez líderes da nação Kaingang.

Tendo estudado e debatido a questão da autodeterminação dos povos indígenas, a VI Assembleia Regional do CIMI Sul reunida em São José dos Pinhais (PR) constatou que a terra continua sendo o grave problema, ainda, dos povos indígenas do sul do país, eles têm suas áreas invadidas, griladas total ou parcialmente, tomadas ou ameaçadas por barragens, sem garantias - como os grupos Guarani - áreas devastadas que são ironicamente todas aquelas áreas onde existem postos da FUNAI.

Na ocasião denunciaram o projeto da "Estadualização" como "parte de um plano mais antigo que visa a extinção dos povos indígenas em nosso país. Como ontem se falava da emancipação, hoje se fala da regionalização da política de "proteção" aos índios".

Ao se dividir a responsabilidade com outros Estados, como ficarão os povos indígenas, abandonados aos interesses dos governadores estaduais? Como ficarão os povos indígenas do Paraná, roubados em mais de 150 mil hectares pelo Governo do Estado?

"O que os Kaingang e Guarani do Paraná podem esperar do governo que lhes tirou mais da metade da área de Manguelrinha em favor de grupos econômico-políticos como os Fortes-Khoury e os Slaviero? O que os Kaingang e Guarani do Rio Grande do Sul podem esperar de um governo que lhes reduziu drasticamente quase todas as suas reservas, além de extinguir totalmente as reservas de Ventarra e Serrinha?"

Diante da situação os missionários assumiram procurar conhecer a situação dos grupos com os quais trabalham, no aspecto global; ou seja, situação das terras, cultura e lideranças deste grupo, assim como o fornecimento de instrumentos explicando para as lideranças a lei 6001/73 (Estatuto do Índio), esclarecendo as artimanhas da sociedade envolvente, favorecendo o encontro entre líderes e informando aos indígenas através de recortes de jornais sobre a luta em outras áreas.

Ficou acertado que o Regional Sul do CIMI deve procurar ter uma assessoria jurídica para atendermos aos índios e missionários em caso de necessidade, bem como estudar com especial atenção a questão de terra para os grupos Guarani, com assessoria de conhecedores da cultura Cuarani.

No que diz respeito a Educação, ficou resolvido propor à IECLB (Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil) e outras entidades a realização conjunta de um Curso-Encontro sobre Educação Indígena no Sul do Brasil, com participação de indígenas; incentivar visita entre grupos diferentes;

fazer publicações de História antiga indígena e História do Contato; realizar um encontro nacional sobre projetos econômicos junto a comunidades indígenas, a questão da independência econômica e propor para os índios, em diferentes níveis (nacional, regional e local) a discussão sobre as publicações existentes relacionadas à causa indígena.

Sobre a política indigenista oficial (FUNAI) que tem como finalidade "integrar" os povos indígenas na sociedade nacional, o que significa, na verdade, a sua extinção enquanto povo, ficou decidido acompanhar e denunciar as mudanças e novas táticas desta política que tem por objetivo confundir a opinião pública.

Foram tomadas outras decisões, como divulgar o novo Estatuto da FUNAI e a questão da Estadualização, possibilitar encontros entre indígenas para que discutam sobre as novas táticas do órgão oficial, lutar ao lado dos povos indígenas pela justiça como norma que está acima da lei, fazendo desta luta um meio para fortalecer a nossa fé e, trabalhar em conjunto com a Pastoral da Terra e Pastoral Operária no sentido de possibilitar um maior conhecimento e divulgação da causa indígena, assim como uma solidariedade comum.

Nesta Assembleia, que contou com 31 participantes, dentre os quais os Kaingang, os missionários manifestaram integral apoio à luta dos povos indígenas do Sul do Brasil na caminhada pela reconquista dos seus direitos, das suas terras e pela construção do seu futuro como povos livres.

KAINGANG À FUNAI: "DEVOLVA NOSSAS TERRAS E POR FAVOR NÃO NOS AJUDE"

Uma Comissão de líderes indígenas Kaingang de Votouro e Nonoai, após a VI Assembleia do CIMI-Sul, redigiu um documento denunciando o convênio FUNAI-Governo do Rio Grande do Sul, exigindo a devolução de suas terras e protestando contra o arrendamento de terras e venda de madeira realizada pela FUNAI. Na carta, cujo texto estamos publicando na íntegra, eles aclaram que "não precisamos de ajuda".



Não precisamos de ajuda. A ajuda que nós precisamos é devolver as terras que foram tiradas de nós.

Nosso plano que nós achamos quando conversamos no nosso idioma, a ajuda que nós queremos é que devolvam aquelas terras que os Governos tiraram de nós até 63. O nosso plano é esse. Depois nós vamos pensar em outras ajudas.

A população indígena está crescendo. Queremos terras aonde que foi encontrado índios no Brasil de Sul a Norte. Primeiro lugar que nós vamos pedir de auxílio pro governo do Estado é terras que tomaram de nós.

Nós não estamos criticando os Governos de 63 pra cá. Estamos criticando os anteriores.

Esse convênio nos deixava de fora. Primeira coisa que queremos é as terras porque população indígena Kaingang está bastante crescendo.

Pretendemos dentro de 40 dias fazer o resto do trabalho consultando os índios mais velhos e os demais postos in-

dígenas sobre as terras que foram tiradas até 1963.

O que a Comissão achou um absurdo foi de achar os maus intuitos do antigo órgão que cuidava do índio brasileiro. Porque deram de mão em tudo o que era das comunidades indígenas no país e hoje vem a ser culpado — por intermédio do Convênio FUNAI e Estado — o índio. Mas agora pedimos aonde encontrarão um contrato de arrendamento de terra ou também um contrato de venda de pinheiros, ou seja, de madeiras de lei de uma comunidade indígena e que seja feito por algum índio. Porque nós pretendemos conhecer este índio. E também seus documentos legais. Porque para fazer estes tipos de negócio tem que ser um índio muito bem documentado e autorizado pela comunidade. E não é só índio é em todas as nações. Porque venda de madeira e arrendamento de terras foi em quase todo o Rio Grande do Sul, posto por posto.

Comissão de Indígenas Kaingang de Votouro e Nonoai.